Povos Indígenas no Brasil

Fonte Veja

Class.:

64

Data

17 de abril de 1974

Pg.:

INDIOS

Vetos à Igreja

Surpreendido pela sessão conjunta do Congresso Nacional, realizada na sexta-feira, dia 5, o Conselho Indigenista Missionário — Cimi, invocou na semana passada a ira divina contra os parlamentares que aprovaram os vetos do Executivo ao Estatuto do Índio, sancionado em dezembro do ano passado. Apresentados pelo ex-presidente Emílio Garrastazu Medici, os quatro vetos retiraram da lei os artigos que permitiam a prestação de assistência aos índios por "entidades religiosas, científicas e filantrópicas".

A irritação do Cimi, no entanto, mais parece provocada pelo fato de que a sessão do dia 5 pegou seus membros de surpresa, quando preparavam um documento que pretendia justamente influenciar os parlamentares no dia da votação dos vetos. A sessão inesperada, num dia em que a maioria dos congressistas viajava para passar o fim de semana em suas regiões, teria sido convocada pelo líder da maioria, Célio Borja (Arena-GB), para evitar que os religiosos interferissem na votação com uma "chamada de consciência". Essa tese foi levantada pelo deputado Lisâneas Maciel (MDB-GB), estranhando a rapidez com que se tratava um assunto tão polêmico.

Borja defendeu-se com argumentos técnicos. Para ele, os vetos eram procedentes porque os artigos apresentavam "defeitos jurídicos". Quanto à votação, baseou-se na Constituição, que determina o prazo de 45 dias para a votação de alguns projetos encaminhados pelo Executivo. Se não forem votados dentro do prazo, são automaticamente aprovados.

Esquema diplomático — O detalhe certamente passou despercebido pelo Cimi, que articulava um diplomático esquema na tentativa de impedir a aprovação dos vetos. Apesar das severas críticas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil à iniciativa presidencial, o Cimi, apesar de a ela vinculado, mostrara um inusitado conformismo em seu boletim de 15 de janeiro ao comentar o assunto, dizendo que em relação ao trabalho das missões religiosas "tudo continuava como antes" e que os vetos tinham sido "corretos e coerentes" por parte do governo.

Em parte, concordava também com algumas idéias que tinham inspirado os vetos, como a dificuldade de se caracterizar juridicamente o que seja uma "missão religiosa". Preocupado com a instituição de uma política indigenista definida, o governo naturalmente levou em consideração este problema, pois nas missões religiosas a política em relação

ao índio é tão variada quanto o número de ordens que dela se ocupam. Além disso, não podem deixar de ser consideradas as críticas feitas às missões por sertanistas experientes e desligados da orientação oficial, como os irmãos Villas Boas.

Na terça-feira passada, porém, ao divulgar parte do documento que estava organizando, àquela altura sem validade concreta, o órgão abandonou os floreios diplomáticos e mostrou-se irritado. "A prestação de serviço aos silvícolas não é uma ingerência, como o senhor presidente pretende, mas um direito", dizia o documento, denunciando nas entrelinhas do argumento presidencial "a idéia de que o sujeito primário de todos os direitos é o Estado." E assim, embora "sem querer invadir o indevassável da consciência", o Cimi chegou à ameaça final, acenando aos parlamentares com os perigos do juízo final, "pois tais gestos não escaparão ao julgamento de Deus, que costuma pronunciar-se através do tribunal da história".